

Memória da Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR – 12/04/2022

1
2
3 No décimo segundo dia do mês de Abril de 2022, às 09h, deu-se início à Reunião Ordinária do mês de
4 Abril de 2022, *on-line*, realizada por meio da plataforma Conferência, da CELEPAR, do Comitê Interseto-
5 rial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do
6 Paraná - CIAMPRua/PR. Fizeram-se presentes **Representante Titular Governamental:** Patricia Cavichi-
7 ollo Tortato - SEJUF/DAS/DPSE; Dulce Maria Darolt (SEJUF/DEDIF); Ten. Danilo Alexandre Mori Azo-
8 lini - (SESP/PR/Londrina). **Representante Suplente Governamental:** Tenente Emerson Cleyton de Souza
9 Pinto (SESP/PM); Amélia Cabral Alesssi – SEJUF/DEDIF/CEIM. **Representante Titular Sociedade Ci-**
10 **vil:** Leonildo Monteiro (MNPR); Julia Mezarobba Caetano Ferreira – CRP-PR; Nazaré de Campos Stiha-
11 einco – Bom Samaritano de Cornélio Procópio; Francieli Ramos Padilha – Vila Vicentina Ponta Grossa; Ju-
12 lia Stefania Bezerril Miranda (OAB); **Representante Suplente Sociedade Civil:** . **Convidados Especialis-**
13 **tas/Parceiros/Colaboradores:** Giovana Kucaniz (CAOPJDH); Izabel Maria de Gouveia Benvenuti (CO-
14 HAPAR); Taisa da Motta Oliveira – Assistente Social NUCIDH; Raphael Ernani Rigoti – Coordenador
15 Centro-POP São José dos Pinhais; Prof. Walder (Coordenador do Acolhimento para Moradores de Rua -
16 SJP); Matheus Mafra (Defensoria Pública); Daniel Alves Pereira (Defensoria Pública). **01. Abertura:** A
17 Coordenadora Dulce deu início a reunião saudando a todos e todas presentes, e em sequência, realizou uma
18 chamada nominal dos (as) representantes confirmando quorum. **02. Aprovação da Pauta:** Dulce informou
19 que foi recebido um *e-mail* da Defensoria Pública solicitando alterações no Projeto de Lei, solicitando as-
20 sim, que após a pauta ‘05. INFILTRADOS - continuar o debate da pauta com representantes da Assistência
21 Social’, o pedido da Defensoria Pública seja apreciado pelos (as) representantes e se o comitê entender que
22 as alterações podem ser apreciadas, será marcada para o mês de Maio – com a inclusão – foi **aprovada** a
23 pauta. **03. Memória da reunião ordinária do Mês de MARÇO DE 2022, para aprovação:** A memória da
24 reunião de março foi previamente encaminhada para todos (as) representantes, não foram recebidas altera-
25 ções - tanto por *e-mail* como na plenária - e portanto, a memória foi **aprovada** por unanimidade. **04. Rela-**
26 **tório a ser apresentado por Nazaré - Relatora da Comissão do Plano Estadual Decenal da PSR – da**
27 **terceira e quarta reuniões de 2022 da Comissão:** Nazaré realizou a leitura integral do seguinte relatório:
28 “Relatoria das reuniões da C.T. do Plano Estadual decenal para a PSR, ocorridas nos dias 22 e 23 de março
29 de 2022, com a proposta de estudo e construção do eixo, Cultura, Esporte e Lazer. Estiveram presentes no
30 dia 22 de março: Dulce Maria Darolt – SEJUF/DEDIF; Carlos Umberto dos Santos- MNPR; Nazaré de
31 Campos Stihaienco, Bom Samaritano de Cornélio Procópio; Izabel Maria Gouveia Benvenuti- COHA-
32 PAR- SEDE; Julia Mezarobba Caetano Ferreira CRP/PR ; Patricia Cavichiollo Tortato – SEJUF/DAS/DP;
33 Taísa da Mota Oliveira- NUCIDH/ DP/PR; Rafael Soares de Oliveira, Aline de Souza Barbosa e Priscila
34 Pacheco dos Santos, representantes da Secretaria de Comunicação Social e Cultura e coordenadores da
35 CAC, Coordenação de Ação Cultural e Economia Criativa; Estiveram presentes no dia 23 de março: Dulce
36 Maria Darolt – SEJUF/DEDIF; Carlos Umberto dos Santos- MNPR; Nazaré de Campos Stihaienco Bom
37 Samaritano de Cornélio Procópio; Izabel Maria Gouveia Benvenuti- COHAPAR- SEDE; Julia Mezarobba
38 Caetano Ferreira CRP/PR; Amélia Cabral Alessi SEJUF/DEDIF; Patricia Cavichiollo Tortato –
39 SEJUF/DAS/DP; Tenente Danilo Alexandre Mori Azolini SESP/PM/PR; Representantes da Secretaria de
40 Educação e do Esporte, Richard James Martins e Soraia Cristina Azevedo, ambos do DPEB, Departamento
41 de Programas para a Educação Básica. Inicialmente a coordenadora Sra. Dulce Maria Darolt, deu as boas-



**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

5

42 vindas aos participantes. O Eixo acima citado foi trabalhado dia 22 com a Secretaria de Comunicação Soci-
43 al e Cultura e dia 23 com a Secretaria do Esporte e Lazer. Em ambas as reuniões após as boas-vindas a co-
44 ordenadora compartilhou o eixo a ser trabalhado e perguntou para os técnicos representantes se queriam se-
45 guir o que estava proposto ou se gostariam de apresentar suas propostas, conforme ficara decido na reunião
46 do dia 24 de fevereiro. Os técnicos da SECC informaram que as propostas foram construídas, mas como
47 estão num momento de muitos editais e esperando outras questões que ainda não foram decididas, estavam
48 com dificuldades para reunir todos os integrantes e definir as metas para a secretaria toda. Também que é
49 preciso fomentar capacitações para a rede da SECC, para depois apresentar projetos direcionados nesta
50 área. Foi elaborada e inserida no eixo pelos técnicos da SECC, uma diretriz que fala sobre o reconheçimen-
51 to das especificidades e singularidades da PSR. Construiu-se uma proposta sobre capacitações para profis-
52 sionais da rede de atendimento da Cultura, com o auxílio da assistência social, saúde, justiça, educação e
53 outros que atuam com a PSR. Num primeiro momento capacitaria os funcionários e gestores da SECC,
54 para que possam elaborar projetos com melhor qualidade e também com as unidades vinculadas que execu-
55 tam vários projetos e acabam tendo acesso ao público da PSR. Foi informado que existe na secretaria um
56 setor que realiza oficinas mensais com gestores dos municípios e talvez as capacitações possam ser replica-
57 das nesta rede de gestores municipais; que a secretaria está vinculada a órgãos somente em Curitiba, que
58 trabalha com as oito macro regiões e que quando se trata de envolvimento com municípios estes indicam
59 um agente de contato, portanto não possui rede capilarizada. Foi ressaltado que deveria concentrar-se den-
60 tro da Secretaria para ver como o processo será desenvolvido, para depois expandir para os municípios. Na
61 sequência passou-se para a segunda diretriz, que fala sobre a promoção de ações esportivas e de lazer para
62 a PSR e a proposta 8.2 que fala em promover atividades artísticas especificamente voltadas à PSR. Foi fa-
63 lado sobre o PROFICE (Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura do Paraná), que para realizar
64 seus projetos precisa prever contrapartida social, e que aproveitando este incentivo poderia realizar pelo
65 menos uma atividade cultural para a PSR. Ficou definido realizar atividades artísticas aproveitando o dia
66 19 de agosto, dia nacional da luta da PSR, e durante este mês seriam desenvolvidas atividades relacionadas
67 a este tema. Foi discutido que essas metas abrangem as ações 8.2, 8.3 e 8.8 e foi proposto juntá-las numa
68 só, após a inclusão das propostas da Secretaria do Esporte e Lazer. A proposta 8.5 fala sobre desenvolver
69 ações de geração de ocupação e renda para a PSR. Neste contexto foi falado sobre a Agência do Trabalha-
70 dor da Cultura. Iniciativa pioneira que foi lançada no Brasil ano passado pela Superintendência de Cultura,
71 vinculada a Agência do Trabalhador. Esta tem disponibilizado uma série de oportunidades que possibilitam
72 a formação e colocação no mercado de trabalho, e a PSR pode ser inserida nestas oportunidades. Após a
73 construção de cada meta foram estabelecidos os prazos, indicadores de resultados e seus respectivos res-
74 ponsáveis e corresponsáveis. Foi solicitado que a SECC enviasse para o CIAMP/Rua/PR, maiores detalhes
75 sobre a secretaria de Comunicação e Cultura, as siglas e etc., para que todos possam conhecer melhor o
76 funcionamento. No dia 23 deu-se a continuidade da elaboração do eixo com os técnicos representantes da
77 Secretaria do Esporte e Lazer Richard disse que as propostas elaboradas ficaram com o professor Antônio
78 Carlos Dourado, e este não poderia estar presente na reunião. Seguiu-se então com documento exposto.
79 Dulce explanou o que havia sido feito no dia anterior juntamente com os técnicos da Secretaria de Comuni-
80 cação Social e da Cultura. As ações e propostas do eixo foram repassadas passo a passo e foram sendo
81 complementadas a partir do que já havia sido escrito. Dulce leu a diretriz criada pela SECC, que fala sobre
82 capacitação para profissionais da rede de atendimento. Na proposta elaborada para esta diretriz, foi acres-
83 centada a palavra, esporte. Contudo não ficou especificada a participação da Secretaria do Esporte e lazer
84 nas capacitações. Passou-se para a análise da segunda diretriz, que fala da garantia de acesso da PSR, a es-
85 paços e equipamentos, projetos e ações de cultura, esporte e lazer. Trabalhou-se a proposta onde fala em

86 promover amplo acesso aos meios de comunicação, criação, fruição cultural por parte da PSR. Com o obje-
87 tivo de atingir esta proposta, criou-se uma meta onde a Paraná Esporte divulgaria nos seus canais de comu-
88 nicação, que suas ações são também para a PSR. Foi sugerido também, utilizar para esta divulgação os ca-
89 nais de comunicação mais acessíveis para PSR. Na sequência foi trabalhada a proposta que fala em promo-
90 ver o diálogo, a participação e os direitos da PSR, quando forem realizados eventos culturais e esportivos
91 em espaços públicos. Foi construída uma meta com a finalidade de proporcionar mecanismos que garantam
92 e estimulem a participação da PSR nos eventos esportivos. Para a proposta que fala sobre a utilização de
93 espaços e equipamentos esportivos e de lazer, a meta construída foi incentivar junto a PSR a utilização dos
94 espaços e equipamentos vinculados a Paraná Esporte e em parceria com os órgãos municipais de esporte.
95 Richard informou que todos os municípios possuem uma representação na área do esporte, seja através de
96 secretaria, autarquia ou fundação. A proposta que fala sobre identificar e destinar imóveis ociosos para de-
97 senvolvimento de projetos e ações culturais para a PSR, foi discutida, mas não foram elaboradas metas para
98 esta ação, porque Richard, o técnico presente, não está ligado ao esporte como um todo. Portanto não tem
99 conhecimento sobre esta questão. Foi falado também, que tratar sobre imóveis ociosos é um assunto bas-
100 tante complicado. Que talvez, a longo prazo pode ser que seja possível ter alguma ação neste sentido. A pe-
101 dido de Richard o documento construído, inclusive com os trabalhos realizados juntamente com a SECC,
102 seria lhe enviado para ser repassado para o professor Antonio Carlos Dourado, para que as propostas e me-
103 tas sejam por ele complementadas e validadas, uma vez que ele é o técnico principal designado para a área
104 do esporte. Após a construção das metas, foram definidos os prazos, os indicadores de resultados e os res-
105 pectivos responsáveis e corresponsáveis. Finalizando, a coordenadora agradeceu a presença e colaboração
106 de todos e encerrou a reunião.” Após a leitura, Dulce perguntou se algum membro da comissão tinha algo a
107 acrescentar no relatório. Raphael perguntou sobre qual é o conteúdo da capacitação para gestores que está
108 exposta no relatório e o motivo de ser interessante ao comitê. Além disso, se os banheiros/vestiários menci-
109 onados podem ser ampliados para a população em situação de rua, pois esta, muitas vezes não possuem
110 acesso aos espaços. Nazaré destacou que o plano ainda está em construção, somente na teoria, quando
111 acontecer na prática, serão definidas essas questões. Dulce informou que a SECC está mais alinhada e que
112 serão realizadas as capacitações com seus servidores para atender a população em situação de rua nos even-
113 tos realizados pela SECC. Leonildo destacou a importância do acesso ao esporte, lazer e cultura pela popu-
114 lação em situação de rua e que, no momento, estão sendo buscados recursos com o Ministério da Cultura
115 para implementação de projetos na cidade de Curitiba e no Estado do Paraná. Além disso, indicou que
116 grande parte dos (as) servidores (as) públicos (as) não têm o tato para lidar com a população em situação de
117 rua e é a sociedade civil que lidera as organizações de eventos e programas em prol destas pessoas. Ade-
118 mais, Leonildo indicou que existe uma liminar em Curitiba que autoriza a utilização dos banheiros públicos
119 gratuitamente pela população de rua. Raphael relatou que haviam casos de pessoas em situação de rua que
120 praticavam esportes, como é o caso da Corrida, onde foram realizados diálogos com a SECC para isenção
121 das taxas de inscrição. Taisa solicitou que nos próximos diálogos sobre o eixo do esporte sejam convidados
122 os coordenadores dos Centro Pop. para maior efetividade nas ações e programas propostos para as Secreta-
123 rias. Os relatos das reuniões foram aprovados pelos (as) Membros do Comitê. **05. INFILTRADOS – con-**
124 **tinuar o debate da pauta, iniciado na reunião de março, agora com representantes da Assistência So-**
125 **cial, da Segurança Pública, da Defensoria Pública, e demais membros e convidados:** Dulce informou
126 que os dois membros de Apucarana que iriam participar da reunião infelizmente não poderão participar,
127 pois houve uma emergência de atendimento dos refugiados. Em seguida, Dulce realizou a leitura da pauta
128 na ata da reunião passada para rememorar a discussão aos presentes. Leonildo destacou a importância da



**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

10
129 pauta e que as pessoas que estão infringindo a lei devem ser presas, mas que essa não é uma solução, so-
130 mente a remediação de um problema maior que é a falta de moradia, de construção e aplicação de políticas
131 públicas. Em seguida, Daniel DPPR, trouxe uma análise jurídica do caso para apresentar aos demais repre-
132 sentantes. Inicialmente, lembrou do advento da Emenda Constitucional 115/2022 que os dados pessoais
133 passaram a serem considerados direitos fundamentais dos indivíduos e que, para além dos impactos desta
134 emenda, é necessário lembrar o disposto pelo STF na ação direta de inconstitucionalidade 7387 do Distri-
135 to Federal, a qual colocou que esses dados só poderiam ser compartilhados por órgãos públicos mediante a
136 adoção de critérios específicos. Na ementa da jurisprudência são apontados alguns destes critérios específi-
137 cos, como: definir propriamente como e para que serão utilizados os dados coletados; apresentar mecanis-
138 mos técnicos administrativos aptos a proteger o acesso a esses dados. Portanto, para além dos riscos do
139 simples compartilhamento entre os órgãos de assistência social com órgãos de segurança pública sem uma
140 adequação técnica deste procedimento - como decidido pelo STF -, é necessário reconhecer que atualmente
141 inexistente uma legislação própria para tratamento de dados na esfera de segurança pública - há inclusive um
142 anteprojeto tramitando no Congresso Nacional para que se trate do compartilhamento, recolhimento e o tra-
143 tamento de dados pessoais na esfera da segurança pública. Dito isso, enquanto o Anteprojeto de LGPD na
144 área criminal não for aprovado, o Estado não estará autorizado a utilizar dados produzidos por outros ór-
145 gãos públicos para fins penais. Igualmente, é possível fazer um paralelo com o Marco Civil da Internet que
146 determina que informações para fins de investigação criminal somente poderão ser acessadas mediante au-
147 torização judicial. Portanto, mesmo se fosse considerada uma questão de promoção de políticas de assistên-
148 cia social e não somente uma questão de segurança pública, ainda seria necessário que esse compartilha-
149 mento seguisse os critérios da jurisprudência firmada pelo STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade su-
150 pracitada. Em complementação, Daniel trouxe trechos do Guia Orientativo de Tratamento de Dados Pesso-
151 ais criado pelo Governo Federal, um dos trechos diz o seguinte: “Por sua vez, a finalidade deve ser espe-
152 cífica com indicação precisa, por exemplo: de qual iniciativa a ação ou programa será executado? Ou ainda
153 de qual atribuição legal será cumprida mediante ao compartilhamento de dados pessoais.”. Neste mesmo
154 manual destaca-se a necessidade de avaliação de compatibilidade entre a origem do dado e sua destinação
155 de compartilhamento, ou seja, o órgão que recolhe os dados e o órgão com o qual é compartilhado necessi-
156 tam ter finalidades compatíveis - o que Daniel indicou não ser o presente caso. Diante disso, foi constatada
157 uma incompatibilidade entre a finalidade originária de ambos os dados que poderiam ser compartilhados
158 por meio do presente instrumento que visa instruir, tanto os gerados pela assistência social, quanto os pela
159 segurança pública. Para além destas duas possibilidades e a aplicação da LGPD, é necessário ressaltar que
160 a proposta ora debatida viola os princípios da legislação e os princípios constitucionais, sobretudo os da le-
161 galidade, aqui já referenciado, de modo que o Estado poderá somente fazer o uso de dados para fins exclu-
162 sivamente previstos em lei. O princípio mais violado pela proposta ora debatida se refere ao princípio da
163 não discriminação por meio dos usos dos dados, que está no Art. 6º Inciso IX da Lei Geral de Proteção de
164 Dados: “IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios
165 ilícitos ou abusivos;”. Neste sentido, Daniel realizou a leitura da doutrina acerca da violação do princípio
166 da não discriminação que diz: “Diante de tal cenário, seja para evitar a estigmatização, seja para criação de
167 estereótipos, classificação, seja para coibir a limitação de direitos, segregação, que o princípio da não dis-
168 criminação se mostra fundamental” Não obstante a violação da normativa de proteção de dados, as propos-
169 tas ora debatidas também violam as normativas aplicáveis ao sistema de serviços socioassistenciais aplica-
170 dos a população em situação de rua. A legislação específica para a população em situação de rua também
171 veda o uso de dados e estigmatização dos usuários, neste sentido, é necessário ressaltar o disposto da Reso-
172 lução Nº 40/2020 do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que reforça, mediante seu Art. 9º a necessi-

173 dade de que os órgãos responsáveis pelas políticas destinadas a população em situação de rua combatam
174 estigmas e discriminações, o que acaba sendo indiretamente comprometido diante do uso de dados espe-
175 cíficos da população em situação de rua para fins criminais. O uso de informações iniciais para eventual
176 detenção de usuários compromete inclusive a aplicação do Artigo 45 da Resolução 40/2020 que aponta que
177 o primeiro contato é primordial para adesão aos serviços socioassistenciais, o que será comprometido com
178 o uso de dados para a segurança pública. Ademais, Daniel informou que a Resolução 425/2021 do CNJ re-
179 conhece a importância de medidas específicas para quando uma pessoa em situação de rua está responden-
180 do um processo criminal, e que, uma leitura conjunta dos Artigos 18 e 29 não veda qualquer acesso aos
181 equipamentos socioassistenciais tão somente porque uma pessoa está respondendo um processo criminal.
182 Por fim, Daniel destacou que qualquer medida adotada para os serviços socioassistenciais prestados a po-
183 pulação em situação de rua deve ser debatida conjuntamente com a população, é o que se extrai da leitura
184 conjunta do Artigo 204 Inciso II da Constituição Federal: “II - participação da população, por meio de or-
185 ganizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.”, preo-
186 cupação esta, também trazida pelo Leonildo, sendo assim, para além da opinião exposta pela Defensoria
187 Pública acerca da ilegalidade da medida proposta, entende-se que qualquer medida aplicável aos serviços
188 socioassistenciais devem partir do CIAMP RUA/PR e posterior promoção de Audiências Públicas em con-
189 junto com a população em situação de rua, medidas pontuais - como a instalação de câmeras no CentroPop
190 de SJP - aplicadas a equipamentos socioassistenciais específicos devem ocorrer com seus respectivos usuá-
191 rios. Em seguida, o Tenente Danilo respondeu que o tema está em dissintonia com a pauta inicial trazida
192 por Apucarana, pois o fato trazido era sobre traficantes infiltrados em meio a população em situação de rua
193 e que não é a favor do compartilhamento de informações entre os órgãos. Dando sequência em sua fala,
194 Danilo destacou que a demanda em si não foi muito comentada na reunião passada e que vê como solução
195 é que as informações sejam encaminhadas para a Polícia Civil local, podendo ser encaminhado um ofício
196 para o Delegado Chefe da Subdivisão Policial de Apucarana informando a respeito destes infiltrados. Dani-
197 el concordou com a fala do Tenente Danilo de que a discussão foi muito além da problemática trazida e que
198 todos os (as) agentes que trabalham nos serviços socioassistenciais necessitam ser orientados (as) como
199 proceder nestes casos. Dulce relembrou que quem trouxe a questão foram pessoas em situação de rua que
200 estavam sendo ameaçadas por esses traficantes infiltrados, relatando que, se os traficantes fossem denunci-
201 ados, eles sofreriam as consequências. Além disso, Dulce indagou quem iria fazer esta denúncia: o Centro-
202 Pop ou a pessoa em situação de rua que testemunhou o caso. O Tenente Danilo respondeu que o próprio
203 CentroPop ou o CIAMP RUA/PR poderá realizar a denúncia e os devidos encaminhamentos às autoridades
204 locais. Leonildo sugeriu que seja encaminhado um ofício ao Chefe do GAECO e CAOP DH para tratar da
205 questão dos traficantes infiltrados em meio a população em situação de rua em Apucarana e em todo o Es-
206 tado do Paraná. Rafael indicou que as câmeras que estão instaladas no CentroPop tem servido para proteger
207 a própria população em situação de rua e quanto mais materialidade dos casos melhor será; pois, o caso de
208 Apucarana conta somente com o depoimento dos usuários do CentroPop e se eles estão com medo de re-
209 presálias, não irão depor. Taisa reiterou a fala de Leonildo sobre retomar os debates municipais sobre as po-
210 líticas em prol da população em situação de rua. Danilo, por fim, destacou que também há a possibilidade
211 de fazer este relato via Disque Denúncia (181). Mateus DPPR, sugeriu que o próprio CIAMP encaminhe
212 um ofício relatando o caso de Apucarana para as autoridades locais e que eventualmente seja elaborado um
213 protocolo de atendimento em conjunto com o Movimento das Pessoas em Situação de Rua, Órgãos de Se-
214 gurança Pública e da Assistência Social, Defensoria e Ministério Público. Giovana sugeriu que a pauta seja
215 posta na próxima reunião para que outros municípios tragam mais informações e dados sobre casos seme-



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

15
216 lhantes. Portanto, o município de Apucarana será orientado sobre as medidas que deverão ser tomadas ao
217 tema 'Infiltrados' e o ofício - caso Apucarana aprove - e reuniões posteriores ficaram como uma segunda
218 opção caso seja necessário. Os encaminhamentos acima foram **aprovados**. **6. Apreciação da solicitação**
219 **da Defensoria Pública para revisão do Projeto de Lei da População em Situação de Rua:** Dulce pro-
220 pôs que o ponto de pauta seja tratado na Reunião Ordinária de Maio. Daniel informou que as alterações do
221 Projeto de Lei foram dispostas no ofício e que se possível, possam ser apreciadas o quanto antes para acele-
222 rar sua aprovação. Porém, Dulce destacou que deseja que todos tenham tempo para ler e avaliar de forma
223 correta todas as novas sugestões deste projeto - que já tinha sido aprovado anteriormente até dezembro de
224 2021. Portanto, como grande parte dos (as) representantes **aprovou** que a solicitação seja pautada no mês
225 de Maio, Dulce encerrou este ponto de pauta nesta reunião. **06. Apresentação de propostas de materiais**
226 **para o evento de 19/08: cartaz, flyer, cartilha:** Dulce informou que estão sendo elaboradas propostas de
227 materiais para o dia 19 de Agosto - Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua -, onde a ideia
228 é produzir um cartaz sobre as mulheres e mulheres grávidas em situação de rua. Dulce apresentou a propos-
229 ta de [cartaz](#) para todos visualizarem. Além disso, Dulce destacou que, por conta das eleições, as impressões
230 dos materiais podem ser dificultadas e o material será disponibilizado digitalmente. Em seguida, Dulce
231 apresentou a proposta da [Cartilha](#) de "Aspectos das Políticas Públicas da população em situação de rua",
232 esta que relata o contexto histórico da população em situação de rua, transições e resumos de todas suas
233 causas mundiais e brasileiras, além dos porquês ainda existem tantas pessoas em situação de rua e algumas
234 ações que foram realizadas pelo CIAMP - como no caso do Frio. A proposta da cartilha será enviada por *e-*
235 *mail* para todos realizarem seus possíveis apontamentos e contribuições. Outra proposta é realizar no dia 15
236 de Agosto uma reunião com todos os municípios, via online, sobre as questões do Dia Nacional da Luta da
237 População em Situação de Rua, este encontro será realizado via *Youtube*. A data limite para contribuições
238 da Cartilha ficou definida para até o dia 25 de Abril. Propostas **aprovadas**. **07. Informes – SEJUF, Mem-**
239 **bro e Gerais:** Dulce informou que a primeira reunião do Eixo da Assistência Social foi marcada para
240 amanhã (13) às 15h00min - o Eixo do Desenvolvimento Urbano será marcado após a finalização do Eixo
241 da Assistência Social. **08. Encerramento:** Em conclusão, Dulce agradeceu a presença de todos e encerrou
242 a Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional
243 para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná do mês de Abril. A presente memória foi lavra-
244 da pelo estagiário Davi da Rosa, sendo revisada por Dulce Darolt. Após alteração sobre o número das reu-
245 niões relatadas, solicitada pela relatora do Plano Estadual Nazaré de Campos Stihaeinco, a Memória do
246 mês de abril foi aprovada pelo Pleno do CIAMP Rua/Pr em 12 de abril de 2022.